



GT05 – Estado e Política Educacional – Pôster 625

INDICADORES DE QUALIDADE DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Camila Regina Rostirola – UNOESC

Marilda Pasqual Schneider – UNOESC

Resumo

Tendo em conta a criação, nas últimas décadas, de diferentes indicadores para medir e monitorar a qualidade das escolas de educação básica brasileiras, este trabalho tem por objetivo demonstrar resultados de um estudo que buscou analisar correlações entre o nível socioeconômico de escolas da rede municipal de ensino, aferido por meio do Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse), e o indicador de monitoramento da qualidade educacional, determinado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Utilizando como parâmetro de análise o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de dois municípios brasileiros, um situado no topo da pirâmide do IDHM e, o outro, na sua base, evidencia que o indicador de qualidade de escolas da rede municipal de ensino está associado ao Inse e às dimensões que caracterizam o desenvolvimento humano dos municípios a que as escolas pertencem. Constata, ainda, que as dimensões do desenvolvimento humano dos municípios afetam as condições de melhoria da qualidade educacional demonstrando o quão distantes estão as condições de promoção da justiça escolar.

Palavras-chave: Indicadores de Qualidade; Educação Básica; IDHM; Inse; Ideb

INTRODUÇÃO

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), instituído no ano de 1990 com o objetivo de realizar um diagnóstico da educação básica brasileira, já passou por sucessivas reformulações que vão desde a sua composição, estrutura e abrangência, até o público-alvo e à utilidade do Sistema. Um das mais importantes reformulações realizadas ocorreu no ano de 2005, quando o Saeb teve sua estrutura modificada passando a contar com duas avaliações, uma de caráter amostral - Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) - e outra de caráter censitário - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), comumente denominada de Prova Brasil.

Com a introdução de avaliações censitárias, foi possível extrair do Saeb resultados

educacionais por escola o que favoreceu a criação de diversos indicadores que passaram a ser utilizados como mecanismos de monitoramento e mensuração da qualidade da educação básica no Brasil. Esses indicadores abrangem diferentes dimensões do processo educativo, atendo-se ao desempenho dos alunos, como a Prova Brasil, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas.

Dada a crítica a alguns indicadores de qualidade, tais como o Índice de Desenvolvimento Educacional (Ideb), por priorizarem o monitoramento e divulgação dos resultados educacionais em detrimento das dimensões contextuais de aprendizagem do alunado e de promoção da qualidade social, a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o atual Plano Nacional de Educação, determinou, em seu art. 11, que o Saeb passasse a oferecer, além dos indicadores de rendimento escolar já disponibilizados à comunidade educacional, referentes ao desempenho dos estudantes em exames nacionais, também indicadores de avaliação institucional, “relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos(as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos de gestão, entre outros relevantes .” (BRASIL, 2014)

Em atenção a essa determinação, na aferição do Saeb de 2014 o Inep divulgou, além dos resultados das avaliações bianuais (ANA, Aneb, Anresc e Ideb), informações sobre o nível socioeconômico dos estudantes criando, para isso, o Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básico (Inse). Segundo Nota Técnica do Inep, a aferição desse indicador tem por objetivo “contextualizar os resultados obtidos pelos estabelecimentos de ensino, nas diferentes avaliações e exames realizados pelo Inep” (INEP, 2014).

O Inse sintetiza informações sobre escolaridade dos pais ou responsáveis, renda familiar, posse de bens e contratação de serviços domésticos pelas famílias, coletadas dos questionários contextuais dos estudantes que participam das provas da Aneb, Prova Brasil e do Enem. A primeira aferição do Inse ocorreu no ano de 2014 tendo como parâmetro o Saeb do ano de 2013. Associado a outros indicadores de qualidade da educação básica, os dados do Inse podem subsidiar o planejamento, formulação e implementação de políticas e ações de promoção da equidade social.

Considerando a importância desse Indicador para a delimitação de ações dos governos subnacionais, o presente trabalho tem por objetivo demonstrar resultados de um estudo que buscou analisar correlações entre o nível socioeconômico de escolas da rede

municipal de ensino, aferido pelo Inse, e o indicador de monitoramento da qualidade educacional, determinado pelo Ideb. Utiliza como parâmetro de análise o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de dois municípios brasileiros, São Caetano(SP) e Melgaço(PA).

Compara os indicadores de 17 escolas da rede municipal de São Caetano, que totalizam 89% das escolas da rede. No estudo, essas escolas estão representadas por numerais arábicos, que vão de 1 a 17. Considerando proporcionalmente o tamanho da rede, toma uma representação de 11 escolas do município de Melgaço que dispunham de dados do Saeb referentes a 2013. Esse total corresponde 73% das escolas daquela rede, representadas no estudo pelas letras do alfabeto, que vão de A a K.

Apesar de insuficiente para uma análise aprofundada e definitiva, a comparação entre o Inse e o Ideb dessas escolas permitiu evidenciar que as condições de desenvolvimento humano dos municípios geram impactos sobre as condições de melhoria da qualidade social da educação. Permitem demonstrar, por derradeira, o quão distantes ainda estão as condições de promoção da justiça social e escolar.

IDHM, INSE E IDEB

No ano de 2012, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro, desenvolveu uma metodologia para o cálculo do IDHM dos municípios brasileiros, considerando três dimensões: longevidade, educação e renda. O objetivo do levantamento foi obter um retrato do percurso econômico, educacional e social dos 5.565 municípios brasileiros de modo a subsidiar formuladores e implementadores de políticas públicas na análise dos seguintes aspectos: qualidade de vida, acesso ao conhecimento e melhoria no padrão de vida.

Para o cálculo do IDHM dos municípios foi levado em conta o Censo Demográfico dos últimos trinta anos, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 1991, 2000 e 2010 respectivamente. O IDHM foi avaliado considerando-se uma escala de 0 a 1 ponto, distribuída em cinco níveis de desempenho: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

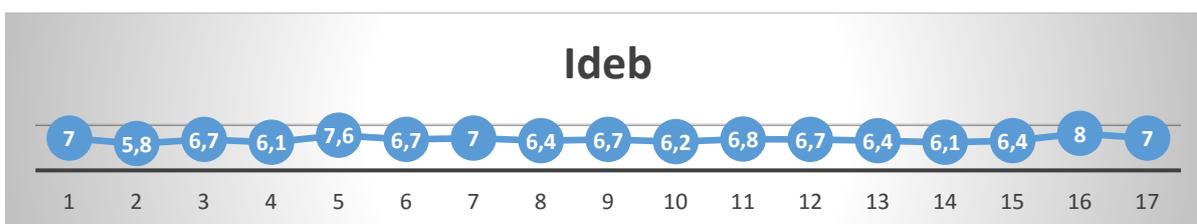
Como é possível constatar, na composição do IDHM dos municípios estão presentes alguns indicadores utilizados para a aferição do Inse das escolas, tais como,

escolaridade dos pais e renda. Embora com finalidades distintas, os dois indicadores tocam em aspectos que impactam as possibilidades de equidade social.

Em conta dos critérios adotados no IDHM, os dois municípios tomados como representação para a análise das correlações entre Inse e Ideb, ficaram em posições diametralmente opostas da pirâmide do desenvolvimento humano. São Caetano do Sul, situado no Estado de São Paulo, ficou em primeiro lugar, e Melgaço, pertencente ao Estado do Pará, foi classificado em último lugar considerando o IDHM dos 5.565 municípios brasileiros.

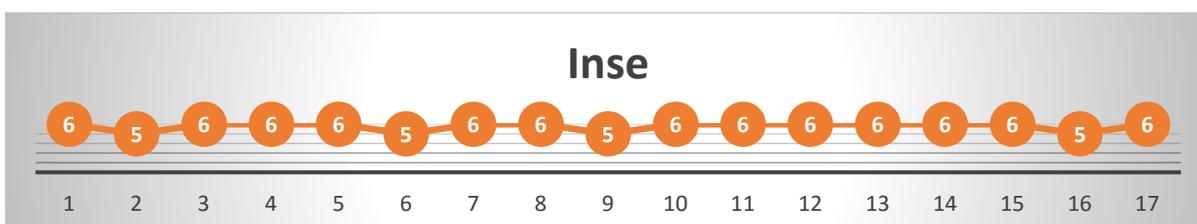
Considerando a situação de desenvolvimento humano desses dois municípios, foi possível analisar de forma contrastiva a situação das escolas dessas redes no tocante aos dados do Inse e do Ineb. Os Gráficos 1 e 2 ilustram os indicadores do Ideb e do Inse das escolas de São Caetano do Sul.

Gráfico 1: Ideb das escolas municipais de São Caetano do Sul (SP).



Fonte: Inep (2013).

Gráfico 2: Inse das escolas municipais de São Caetano do Sul (SP).



Fonte: Inep (2013).

No município de São Caetano do Sul, a extensiva maioria das escolas já alcançou a pontuação 6,0, meta do Ideb para o ano de 2022. Quanto ao Inse, todas as escolas avaliadas situam-se nos níveis mais altos da escala, entre 5 e 6 pontos. Os dados situados no nível 5 demonstram que as famílias desses alunos possuem uma quantidade, superior à média, de bens elementares e complementares em casa; seus pais têm ensino fundamental completo e podem ou não ter concluído o ensino médio, mas não completaram a faculdade; a renda familiar é de 2 e 12 salários mínimos mensais. No nível

6 da escala estão situadas os alunos cujas famílias possuem um quantitativo alto de bens elementares e complementares, além do demonstrado no nível 5 (INEP, 2014).

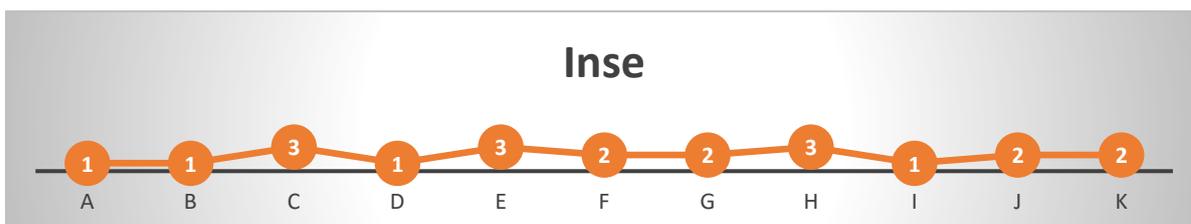
Passemos à análise desses dois indicadores nas escolas do município de Melgaço.

Gráfico 3: Ideb das escolas municipais de Melgaço (PA).



Fonte: Inep (2013)

Gráfico 4: Inse das escolas municipais de Melgaço (PA).



Fonte: Inep (2013)

Como era de se esperar, os indicadores educacionais ficaram abaixo das metas previstas pelo Ideb. No tocante ao Inse, apenas três escolas encontram-se no nível 3 da escala, as demais ficam entre os níveis 1 e 2. Significa dizer que os educandos são provenientes de famílias que possuem apenas bens elementares, tais como, televisão, rádio e geladeira; sobrevivem com até um salário mínimo por mês; e seus pais e ou responsáveis possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino.

Donde se conclui que a divulgação de indicadores escolares, desacompanhados de uma ação efetiva em prol da melhoria das condições de vida das populações em situação de desigualdade social e econômica, tornará ainda mais distantes as possibilidades de promover a qualidade social nas escolas públicas de educação básica e, pro consequência assegurar justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu constatar, mesmo que provisoriamente, que os indicadores socioeconômicos produzem impactos importantes sobre o desempenho educacional dos estudantes. Ainda que não seja o único fator a recair sobre os resultados educacionais, há que se levar em conta que as desigualdades sociais e econômicas produzem (ou reproduzem) desigualdades educacionais.

Por outro lado, permite reafirmar, como outros estudos já o demonstraram, que analisar apenas os indicadores referentes ao desempenho escolar dos estudantes não é suficiente para promover a melhoria da qualidade educacional e assegurar justiça escolar. Desse modo, a formulação e implementação de políticas que primem pela melhoria da qualidade educacional devem levar em conta que a promoção da qualidade social das escolas precisa ser acompanhada por políticas que promovam a equidade social e econômica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13005 de 25 de junho de 2014. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 23 fev. 2017

INEP. IDEB 2013. **Planilhas para download**. Disponível em:<<http://inep.gov.br>> Acesso em 12 fev.2017.

INEP. **Nota Técnica Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse)**, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/ana/resultados/2014/nota_tecnica_inse.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2017.